

NARRATIVAS PERIFÉRICAS DE DESIGUALDADES RACIAIS, TERRITORIAIS E DE GÊNERO. PODE O COVID-19 APROFUNDAR O ABISMO SOCIAL EM RECIFE/PE?

168

NARRATIVAS PERIFÉRICAS SOBRE DESIGUALDADES RACIALES, TERRITORIALES Y DE GÉNERO. ¿PUEDE EL COVID-19 PROFUNDIZAR EL ABISMO SOCIAL EN RECIFE/ PE?

PERIPHERAL NARRATIVES OF RACIAL, TERRITORIAL AND GENDER INEQUALITIES.
CAN COVID-19 DEEPEN THE SOCIAL ABYSS IN RECIFE/ PE?

Submetido em 28 de julho de 2020

Aceito em 27 de outubro de 2020

Amanda Martinez Elvir

amarelv@gmail.com

Universidade Federal de Pernambuco

Recife – Pernambuco - Brasil

Autá Jeane Azevedo

autissima@gmail.com

Universidade Federal de Pernambuco

Recife – Pernambuco - Brasil

Resumo

O presente artigo trata de questões intrinsecamente urbanas, relacionadas com as desigualdades raciais e de gênero vivenciadas nas grandes cidades. Para isso, priorizamos a experiências de duas mulheres (autoras do texto) na comunidade do Coque, em Recife, estado – nordeste brasileiro. Existem padrões do uso da terra e da densidade populacional que reproduzem lógicas coloniais antigas baseadas no controle imperial e na dominação racial e patriarcal. O objetivo deste trabalho é

teorizar sobre as categorias de raça e de gênero, numa perspectiva interseccional, na reprodução das desigualdades na distribuição da terra urbana no sul global, e especificamente na comunidade do Coque a partir de nossas vivências particulares (uma moradora e uma pesquisadora, ambas integrantes de iniciativas coletivas na comunidade).

Palavras-chaves: desigualdade racial, desigualdade territorial, pobreza urbana, Coque, gênero

Resumen

Este artículo trata sobre temas intrínsecamente urbanos, relacionados a las desigualdades raciales y de género que se viven en las grandes ciudades. Para ello, priorizamos las experiencias de dos mujeres (autoras del texto) en la comunidad Coque, en Recife, localizada en la región noreste de Brasil. Existen patrones de uso del suelo y densidad poblacional que reproducen antiguas lógicas coloniales basadas en el control imperial y la dominación racial y patriarcal. El objetivo de este trabajo es teorizar sobre las categorías de raza y género, en una perspectiva interseccional, en la reproducción de las desigualdades en la distribución de la tierra urbana en el Sur Global, y específicamente en la comunidad de Coque a partir de nuestras experiencias particulares (una residente y otra investigadora, ambas miembros de iniciativas colectivas en la comunidad).

Palabras clave: desigualdad racial, desigualdad territorial, pobreza urbana, Coque, género.

Abstract

This article addresses intrinsically urban issues, related to racial and gender inequalities experienced in large cities. For this, we prioritize the experiences of two women (authors of this work) in the community of Coque, in Recife, located in the Brazilian northeast region. There are patterns of land use and population density that reproduce ancient colonial logics based on imperial control and racial and patriarchal domination. The aim of this work is to theorize about the categories of race and gender, in an intersectional perspective, in the reproduction of inequalities in the distribution of urban land in the global south, and specifically in the community of Coque from our personal experiences (one resident and one researcher, both members of collective initiatives in the community).

Keywords: racial inequality, territorial inequality, urban poverty, Coque, gender.

Introdução

A desigualdade socioeconômica atravessa inúmeras sociedades e grupos no mundo. Ela se materializa no acesso à educação, a saúde, a cultura, moradia, às mais diversas políticas públicas das mais diversas áreas, destinadas às populações de maneira desigual e ineficiente por parte dos estados nacionais. Na relação com as desigualdades, o tema da pobreza urbana se afirma como uma das principais linhas de pesquisa no campo das ciências sociais (VALLADARES, 2005, p. 126.)

De acordo com estudo sobre desigualdades e pobreza, realizado pela OXFAM^[1], 82% de toda riqueza gerada em 2017 pelo mundo foi destinada ao 1% mais rico da população. O estudo gerou um relatório intitulado “Recompensem o Trabalho, não a Riqueza”, preparado para ser apresentado no Fórum Econômico Mundial em Davos, na Suíça em 2018. O Brasil, por sua vez, possui dados estarrecedores. Ainda de acordo com o relatório, o 1% mais rico da população brasileira recebe, em média, mais de 25% de toda a renda nacional. Além disso, os 5% mais ricos arrecadam o mesmo que os outros 95% da população. Outras informações trazidas pela Oxfam mostram a cor da desigualdade brasileira:

uma trabalhadora que ganha um salário mínimo por mês levará 19 anos para receber o mesmo que um super rico recebe em um único mês; mantida a tendência dos últimos 20 anos, os negros só terão equiparação salarial com os brancos no Brasil em 2089 - 200 anos após a Abolição da Escravidão; seis brasileiros possuem a mesma riqueza que a soma do que possui a metade mais pobre da população, mais de 100 milhões de pessoas (OXFAM, 2018).

O relatório revela como a economia global possibilita que a elite econômica acumule vastas fortunas enquanto milhões de pessoas lutam para sobreviver com baixos salários e em condições precárias de trabalho, saúde e moradia. A riqueza global está altamente concentrada no topo da pirâmide social. A parcela de riqueza detida pelo 1% mais rico vem aumentando, pois cresceu de 45% em 2000 para pouco mais de 50% em 2017. No ano passado, 82% da riqueza produzida mundialmente ficou com o 1% mais rico, enquanto 25 milhões de pessoas - a maioria delas

mulheres - estavam em trabalho escravo. O Brasil tem hoje cinco bilionários com patrimônio equivalente ao da metade mais pobre da população brasileira (OXFAM, 2018).

Essa desigualdade se expressa também na promoção da moradia como um direito humano. A falta de acesso à posse de terra urbana, antigo problema social e político, é uma das causas da expansão e formação das chamadas favelas, presentes nas grandes metrópoles do Sul Global. As favelas geralmente estão localizadas em territórios vulneráveis tais como áreas de morro ou beiras de canais que colocam em risco permanente a saúde pública de quem nelas habita. Estes espaços têm sido destinados para as populações que vivem em pobreza que, por várias razões, realizaram a migração do campo para a cidade. Porém a distribuição desigual da terra no Sul Global tem origens em uma repartição racial dos territórios do Hemisfério Sul a partir da invasão colonial. Mike Davis, no seu livro *Planeta Favela*, relata que até 1954 os quenianos eram considerados ocupantes temporários de Nairóbi, onde não podiam alugar ou comprar nenhuma propriedade. No Zimbábue, a população originária teve de esperar até a independência do país para obter o direito legal de comprar uma casa na cidade (DAVIS, 2006). Como colocado por Davis, a população que vive em favelas representa um percentual de 78.2% da população nos países menos desenvolvidos do mundo, ou seja, um terço da população urbana global.

A migração do campo para a cidade nem sempre foi um processo voluntário na América Latina de uma forma geral e no Brasil, em particular. Existem populações, como o caso de povos indígenas ameríndios, que foram expulsos dos seus territórios de floresta, em alguns casos, para serem trasladados para grandes centros urbanos criando este processo de distribuição racial da terra predominante no Sul Global. As distintas categorias territoriais, entre elas campo, cidade, floresta, foram ocupadas a serviço de um modelo capitalista de produção e baseado em uma elite local branca/*criolla* que tem determinado uma distribuição do território que localiza o lugar do branco e o lugar das populações escravizadas ao serviço das elites locais. Browder e Godfrey (1997) identificam que a Amazônia brasileira é uma das fronteiras urbanas que cresce com maior velocidade no mundo, pois 80% do crescimento das cidades nesta região se produz nas favelas.

Esse “crescimento” faz com que essas massas urbanas pobres tornem-se, cada vez mais numerosas e concentradas nas grandes cidades.

A evolução demográfica do Brasil foi espetacular entre os anos de 1959 e 1980, na medida em que a população do país passou, em 30 anos, do predomínio rural (pelo recenseamento de 1950, 64% da população ainda morava o campo) ao predomínio urbano (pelo recenseamento de 1980, 78% da população já morava nas cidades). O crescimento urbano, daí resultante, foi explosivo – a população das cidades multiplicou-se por 4,2 entre essas duas datas – principalmente através do crescimento das favelas, dos loteamentos periféricos sem qualquer infraestrutura e da expansão dos cortiços, conferindo ao fenômeno da pobreza urbana uma amplitude sem precedentes (VALLADARES, 2005, p.126).

Lícia Valladares, socióloga e autora de obras sobre habitação, pobreza e pesquisa urbana no Brasil, mostra que “as análises demográficas do processo de urbanização na América Latina e no Brasil, dos anos 1950 – 1960, resultado de fluxos migratórios aleatórios nas grandes concentrações urbanas, a superurbanização atribuiu grande visibilidade a essa pobreza” (VALLADARES, 2005, p.127). Consequência dessa super urbanização, o subemprego logo foi percebido como a causa maior da pobreza, e nos anos 1960 e 1970 tornou-se tema de reflexão e pesquisa privilegiado na América Latina e, particularmente, no Brasil (MORSE, 1965).

Valladares mostra que seus estudos apontaram para uma representação da pobreza como “responsabilidade individual: o indivíduo era pobre em virtude de suas fraquezas morais. A imagem dos pobres como “classes perigosas” passou, então, a dominar o imaginário social das camadas letradas”, isso a partir das décadas de 80 e 90 (2005, p. 127). Essa representação contribui para um processo de desumanização perceptível ainda na atualidade. As condições subumanizadas a que parte da população mundial é submetida é algo injustificável.

Como justificar que somos uma humanidade se mais de 70% estão totalmente alienados no mínimo exercício de ser? A modernização jogou essa gente do campo e da floresta para viver em favelas e em periferias, para virar mão de obra em centros urbanos. Essas pessoas foram arrancadas de seus coletivos, de seus lugares de origem, e jogadas nesse liquidificador chamado humanidade (KRENAK, 2019, p. 14).

Fotografias aéreas de Nairóbi, por exemplo, revelaram que mais da metade da população vive em apenas 18% do território urbano (SARTORI, NEMBRINI e STAUFFER, 2002). Em Daca, estima-se que 70% da população esteja concentrada em apenas 20% da cidade (MAHMUD e DUYAR-KIENAST, 2001). Em Santo Domingo, capital da República Dominicana, dois terços da população que vive em favelas usam um quinto do espaço urbano e a oitava parte mais pobre de uma favela no centro da cidade utiliza 1.6% da área social (MOREL e MEJIA, 1998). Entre os casos mais extremos está o da cidade de Mumbai: "Enquanto os ricos têm 90% da terra e vivem confortavelmente e com muitas áreas livres, os pobres vivem espremidos em 10% da terra" (O'HARE, A. E BARKE, apud DAVIS, 2016, p. 104).

Por sua vez, existem projetos urbanos que tem estado ao serviço não somente de distribuir a terra e o território de forma desigual, mas também trazem implícitos processos de embranquecimento como o caso específico do projeto de Grande Canal Interoceânico da Nicarágua. Enquanto se buscava criar uma rota interoceânica via Centro América durante o século XIX, as elites brancas centro-americanas, descendentes de espanhóis, fomentariam projetos de canal dentro de um processo de branqueamento étnico do istmo. O canal serviria como objetivo de eliminar os povos indígenas e afrodescendentes que consideravam inferiores. Isso pode ser visto claramente no relato de Chandler (1988) citando o influente bispo Juan José de Aycinena, que em 1836 argumentou que *"el canal atrairia a "inmigrantes europeos que hasta entonces preferían establecerse en Estados Unidos y Canadá, llegarían a radicarse em Centro América. Mezclarían su sangre com los indígenas y, como resultado, las nuevas generaciones del istmo tendrían mejor apariencia y superior cultura"* (CHANDLER, 1988, p. 198).

Diante disso, a vida em espaços urbanos como realidade está longe de ser um processo harmonioso. Ela reúne inúmeros conflitos. O urbano se apresenta, como lugar dos enfrentamentos e confrontações, unidade das contradições (LEFEBVRE, 2004, p. 160). Autores como Peter Pául Pelbart, na tentativa de ir contra a atual redução da vida humana a algo descartável, denúncia que

Estamos em guerra. Guerra contra os pobres, contra os negros, contra as mulheres, contra os indígenas, contra os craqueiros, contra a esquerda, contra a cultura, contra

a informação, contra o Brasil. A guerra é econômica, política, jurídica, militar, midiática. É uma guerra aberta, embora denegada; é uma guerra total, embora camuflada; é uma guerra sem trégua e sem regra, ilimitada, embora queiram nos fazer acreditar que tudo está sob a mais estrita e pacífica normalidade institucional, social, jurídica, econômica (2016, p. 06).

Nesse sentido, “a cidade constrói, destaca, liberta a essência das relações sociais: a existência recíproca e a manifestação das diferenças procedentes dos conflitos, ou levando aos conflitos” (LEFEBVRE, 2004, p.111), ela reproduz as contradições das sociedades.

A exclusão de distintos povos oprimidos, do planejamento urbano em função da sua classe social, raça/etnia e gênero, também se expressa na ausência destas sociedades humanas na produção de conhecimento sobre suas comunidades e com narrativas próprias que criem um relato interno sobre a opressão vivenciada. Desta forma utilizamos a história oral como metodologia para desenvolver este trabalho. No caso da comunidade do Coque, cuja narrativa se produz principalmente por meios oficiais e pessoas externas à comunidade, este trabalho oferece outra narrativa, ausente dos registros oficiais, que são relatadas pelas autoras do artigo a partir da sua vivência na comunidade. É desta forma que a história oral se incorpora neste trabalho. Como relata Oscar Lewis no seu livro *Los hijos de Sánchez*, no século XIX, quando as ciências sociais ainda estavam em desenvolvimento, o trabalho de registrar os efeitos dos processos da industrialização e urbanização na vida das pessoas, principalmente na vida familiar, ficou a cargo de romancistas, dramaturgos, jornalistas e movimentos sociais. A literatura nos brinda uma proximidade maior para a compreensão de processos sociais. Desta forma utilizaremos uma narrativa com inspiração literária que tenta registrar os efeitos da segregação sócio-espacial e da exclusão na vida pessoal de mulheres que vivem na comunidade estigmatizada do Coque.

A história oficial do mundo, aquela que durante muito tempo preconizou o relato escrito, não tem sido outra que a história dos vencedores cujas memórias mereceram ser imortalizadas (BENJAMIN, 1987 p.225). Os espaços urbanos e as sociedades que os produzem estão biologicamente conformadas por homens e mulheres, mas quais atores ou sujeitos sociais têm tido primazia na construção da cidade? Para Marx e Engels, a ideologia da classe dominante é a

ideologia dominante do conjunto da sociedade. As ideias dominantes, em qualquer época, não têm sido mais que as ideias da classe dominante (MARX; ENGELS s.d.). Em vista disso, indagamo-nos: Quais as classes e os gêneros dominantes? A antropóloga mexicana Marcela Lagarde sugere que, historicamente, “foram os homens, suas instituições e seus intelectuais que dominam, elaborando inclusive uma identidade simbólica das mulheres” (LAGARDE, 2005). No curso da história sempre poderemos observar a mulher subordinada ao homem. Ela não tem história, nem passado, pois os registros escolhidos que resgatam a memória do mundo ressaltam aqueles dos homens, especificamente dos poderosos e vencedores. A comunidade do Coque não é uma exceção, pois os registros oficiais surgem principalmente por perspectivas externas à comunidade. O conceito de gênero, por sua vez, é instigante e desafiador, pois na atualidade foram identificadas quatorze categorias identitárias a partir das quais um ser humano pode se reconhecer (LUCENA, 2015). A mulher, vista desde um conceito amplo e sem detalhar suas escolhas sexuais e/ou afetivas, classe, raça/etnia e contexto histórico particular, tem sido subordinada e inferiorizada ao longo da história.

Na seção 1 deste artigo discutiremos a raça e o gênero como elementos que criam desigualdades específicas na produção do espaço, na seção 2 abordaremos o estigma que carrega a comunidade do Coque baseado em imaginários que reproduzem opressões, herdadas do período colonial, em função da raça e do gênero. Na seção 3 problematizaremos as lutas que tem se produzido na comunidade do Coque frente a estes sistemas de opressão, e na seção 4 abordaremos a produção destas lutas no período da pandemia de COVID-19. A maneira de conclusão, na seção 5, realizamos uma reflexão dos elementos de opressão, presentes no Sul Global, tais como a interseccionalidade entre a raça/etnia, classe social e o gênero, dentro de um contexto de países colonizados que sofreram a imposição etnocêntrica de uma cultura que se coloca como superior que desencadeia fenômenos como o racismo.

1. Raça e gênero como marcadores das desigualdades

Está colocado o cenário e este é um cenário de guerra, sendo o território urbano um dos palcos deste conflito. Nas sociedades urbanas os conflitos sociais parecem se intensificar (LEFEBVRE, 2006). Para Lefebvre, nesse sentido, “não se pode evitar o conflito” na medida em que o “urbano se baseia no valor de uso”, irredutível e imanente ao humano (LEFEBVRE, 2006, p.82).

Neste artigo utilizamos a raça e o gênero como categorias de análise sobre as desigualdades e os conflitos na distribuição da terra, em lugar de priorizar unicamente a classe, pois existe um processo que se utiliza da biologia para gerar hierarquias impostas dentro de uma ordem colonial que permanece na atualidade. A raça e o gênero fazem parte deste processo de biologizar as desigualdades. Nesse sentido, como coloca Segato (2016), a biologização das hierarquias retira esse processo da história e o coloca na natureza, invisibilizando-a. Para a autora

[...] solo la raza remite al horizonte que habitamos, marcado por el evento fundacional de la Conquista y permite reconstruir el hilo de las memorias intervenidas por las múltiples censuras de la colonialidad, mientras la clase oblitera ese horizonte, lo enmascara y hasta lo forclusa, induciendo así el olvido de quienes somos y a la ignorancia de los ríos de sangre que manchan el suelo que pisamos hasta hoy, conduciendonos al equívoco de que es posible pensar de la misma forma desde el Norte y desde el Sur. Es de notar también la precedencia del racismo sobre la raza, porque es aquel que crea ésta: la raza es un producto de la estrategia racista del expropiador (SEGATO, 2018, p. 18).

Tendo em vista alguns processos de racialização territorial no Sul Global, neste artigo exploramos esta divisão desigual a partir de narrativas da Favela do Coque em Recife, Pernambuco. A raça e o gênero se tornam condições particulares de opressão nesta divisão desigual que deixa, principalmente mulheres negras, indígenas e não brancas, em uma escala de opressão perversa dentro dos matizes da desigualdade. Maria Mies coloca que o corpo das mulheres é alvo de uma terceira colonização, além da imposição de Estados colonizados e uma Natureza submetida (MIES, 1998, apud: BARRAGAN, LANG, CHÁVEZ e SANTILLANA, 2016, p. 105).

O uso e ocupação do espaço entre homens e mulheres é distinto, e existem profundas diferenças no seu uso e apropriação em função do gênero, principalmente devido às distintas divisões sexuais do trabalho. Nos casos das desigualdades na distribuição da terra urbana as mulheres são alvo de opressão e segregação em função da raça/etnia, a classe social e o gênero. Isto pode ser observado em um dado oferecido pela *Global Land Tool Network* (GLTN) que identificou que a posse legal da terra atinge 30% das áreas habitadas nos países em desenvolvimento, porém, apenas 3% das mulheres possuem registro de propriedade.

Com relação a questão do direito à cidade, os donos e donas de unidades habitacionais no Coque não possuem documentos referentes a posse da terra. Todas as moradias são consideradas ocupações irregulares, o que inviabiliza a existência de qualquer documentação referente ao imóvel, a não ser contratos de compra e venda, registrados em cartórios, mas que na prática não possuem valor legal. Embora, sobre o Brasil, tenhamos encontrado dados que mostram outra realidade.

Quase metade da população brasileira titular de terras da reforma agrária é do sexo feminino. O levantamento mais recente do Sistema de Informação do Programa de Reforma Agrária (Sipra), do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra), autarquia vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), aponta que o percentual de mulheres ultrapassa os 48% do total dos beneficiários entre os anos 2008 e 2010. Até o começo dos anos 2000, apenas 13% das assentadas tinham o título do lote. (INCRA, 2012, p. 24).

O direito à cidade se confunde muitas vezes com a questão da moradia, que por sua vez, também é reduzida meramente à questão da habitação. É preciso considerar, portanto, que o direito à cidade vai além dos direitos individuais ou mesmo ao direito à moradia. Seria o “direito à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o *uso* pleno e inteiro desses momentos e locais” (LEFEBVRE, 2006, p.143) e não é essa experiência que as populações negras tem vivenciado nas grandes cidades.

Em Pernambuco, um recorte por sexo dos imóveis em áreas urbanas e rurais revela sobre o perfil da posse da terra, onde as mulheres são pouco menos de 50%. Em 2001 não passavam de 13% (INCRA, 2012). Isso é resultado de políticas de habitação implementadas pelos governos de

esquerda no início dos anos 2000, a exemplo do Programa Minha Casa Minha Vida, que em uma de suas modalidades, priorizava o registro do imóvel em nome das mulheres e a destinação das casas para mulheres chefes de família.

Dessa maneira, realizamos uma análise crítica e um relato baseado na nossa própria experiência como mulheres pesquisadoras na comunidade do Coque, sendo o relato principal aquele oferecido pelas autoras, realizando uma leitura interpretativa das próprias experiências a partir de sua condição de mulher negra e moradora da própria comunidade. Privilegiamos a narrativa interna realizando um apelo ao conceito de *sentipensar* (MORAES e TORRE, 2018; ESCOBAR; 2014) que coloca uma mudança de paradigma no fazer ciência que traz consigo um processo de reflexão desde o sentir. Como colocado por Torre, o *sentipensar* seria

o processo mediante o qual colocamos para trabalhar conjuntamente o pensamento e o sentimento (...), é a fusão de duas formas de interpretar a realidade, a partir da reflexão e do impacto emocional, até convergir num mesmo ato de conhecimento a ação de sentir e pensar” (TORRE, 2001, p.1)

Por outro lado, Orlando Fals Borda (1986) coloca o *sentipensar*, desde uma perspectiva territorial, o fato de “*pensar con el corazón y desde la mente, o co-razonar, como bien lo enuncian colegas de Chiapas, inspirados en la experiência zapatista, es la forma en que las comunidades territorializadas han aprendido el arte de vivir*” (ESCOBAR, 2014, p. 16). A reflexão teórica de uma perspectiva interna, de quem convive no cotidiano cria outra interpretação da realidade pouco explorada nas pesquisas sobre a própria comunidade do Coque, trazendo o sentir como ferramenta analítica que traz outras leituras sobre a raça e o gênero advindas das próprias vivências de uma autora da comunidade.

2. O Estigma de uma favela que luta para não ser engolida

Recife, capital de Pernambuco, está entre as cinco cidades brasileiras com a maior concentração de favelas. De acordo com dados do IBGE, em toda a Região Metropolitana da Cidade do Recife (RMR) somos 3.676.067 habitantes. Desse total, 852.700 pessoas (23,2% da população

total) vivem em domicílios localizados em aglomerados subnormais. É o caso de quem mora na favela do Coque. Também conhecido como Joana Bezerra, ou Ilha de Joana Bezerra, o Coque conta com 12.755 habitantes, de acordo com dados oficiais da Prefeitura da Cidade do Recife, e possui o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mais baixo da Região Metropolitana.

Por estar tão próximo do centro da cidade do Recife, está também no meio de uma dinâmica imobiliária definida por um desenvolvimento urbano de elite, e por isso tem sido foco de disputas históricas pelo território (tanto de seu território como de seu entorno). Estando localizado ao lado dos bairros do Pina e Boa Viagem, cujos IDH's são bem diferentes, o Coque parece não ser bem vindo pela vizinhança. Do lado oposto, estão o pólo jurídico, encabeçado pelo Fórum Rodolfo Aureliano (também conhecido como Fórum Joana Bezerra) e o pólo médico, com grandes hospitais privados aos quais nós moradores e moradoras não temos acesso, a não ser em raríssimos casos de acompanhamento através do SUS (Sistema Único de Saúde).

De acordo com uma pesquisa realizada em 2005 pelo professor Alexandre Freitas, da UFPE (Universidade Federal de Pernambuco), o processo de ocupação do Coque, começou há quase 100 anos sobre um antigo aterro de lixo existente no manguezal da ilha de Joana Bezerra. A maioria dos moradores é constituída por negros e negras descendentes de escravos e famílias que migraram do Agreste, Sertão e da Zona da Mata do Estado. É possível ouvir essa narrativa dos moradores mais antigos que contam da vinda de seus pais e avós para a comunidade em busca de melhores condições de vida. Para fugir da própria divisão desigual de terras no interior, ou da escassez de outras formas de ocupação, as pessoas se deslocaram para as cidades, e acabaram tendo que enfrentar o mesmo problema, mas agora agravado pela precarização dos espaços urbanos. O Coque, localizado entre o rio e o mangue, foi formado pelos primeiros moradores que aterraram um espaço que há décadas atrás era coberto por água. E assim foi se formando a cidade, com os descendentes dos negros e negras escravizados durante a colonização construindo as favelas, e os descendentes dos senhores de engenho construindo os bairros nobres.

A comunidade se insere no contexto das sociedades complexas da modernidade tardia. Após décadas de ocupação, hoje possui uma dinâmica que vai desde calmaria das conversas na calçada no

fim de tarde, até a agitação das áreas onde se concentra o comércio, com ares de interior e cidade grande. Podemos encontrar na comunidade famílias que possuem uma renda que lhes permita a propriedade de carros do ano, morando na mesma rua de uma família cuja casa é atravessada pelo esgoto, estando estas últimas em quantidade bem maior. Casas com três andares, por um lado, e casas sem esgoto e água encanada, por outro.

Desde a Vila (área mais urbanizada, com casas modestas construídas e entregues pela prefeitura na década de 80), até a Areinha (área com becos e palafitas nas margens do Mangue), o Coque é uma pequena representação das desigualdades raciais e estruturais que constituem o resto da cidade e o país. Uma pequena parcela com condições adequadas de sobrevivência, e uma grande maioria lutando para sobreviver com o pouco que consegue angariar ao longo do mês. Os donos de pequenos comércios, que acreditam ser grandes empresários, de um lado, e pessoas que nunca tiveram sequer uma carteira de trabalho assinada ao menos uma vez na vida, de outro. Todos convivendo no mesmo bairro, sem maiores problemas.

A maioria das mulheres moradoras do Coque é composta de pretas e pardas, descendentes de escravos e índios. Somos nós, mulheres negras quem ocupamos a base da pirâmide social e econômica no Brasil. De acordo com dados do Censo de 2010 o rendimento médio das mulheres negras correspondia a 35% do rendimento médio dos homens brancos. As mulheres negras tinham um rendimento médio equivalente a 52% do rendimento das mulheres brancas. E as mulheres brancas, 67% do rendimento dos homens brancos. A distribuição dos rendimentos entre as mulheres é mais desigual do que entre os homens. O rendimento médio das mulheres com os 20% maiores rendimentos equivale a 20,5 vezes o rendimento das mulheres com os 20% menores rendimentos. Para os homens, esta relação é de 14,1 vezes (IBGE, 2010).

O rendimento é uma das principais variáveis para se mensurar pobreza e desigualdade. Embora se considere que sozinho, não explica a pobreza, que desde uma visão mais ampla implica na privação do acesso a bens e serviços. A pobreza feminina se explica pela discriminação de gênero, posição de dependência, divisão sexual do trabalho e decorrente falta de tempo (BIROLI, 2014). É nessa categoria que podemos “classificar” as moradoras do Coque. Estamos falando de

mulheres negras, com relações de trabalho precarizadas, acesso limitado a saúde e baixa escolaridade. O 73% das famílias são chefiadas por mulheres, a maioria, trabalhando como empregadas domésticas, catadoras de lixo, lavadeiras de roupas e auxiliares de serviços em bares e restaurantes próximos e entre as que trabalham 65% tem apenas entre 02 e 03 anos de escolaridade (FREITAS, 2005).

As questões da falta de recursos materiais, moradias inadequadas e da violência fazem parte do cotidiano do bairro. Seja devido ao imaginário construído na cidade sobre o Coque ser um lugar violento, seja pela violência policial, ou mesmo pela violência doméstica e/ou de gênero.

No ano de 2018, aconteceu na comunidade um caso emblemático de violência doméstica. Uma moradora foi assassinada pelo companheiro com quem morava, de forma extremamente violenta. Após uma briga, ele arrancou o vaso sanitário do banheiro e jogou em cima dela. Esse caso brutal de feminicídio foi noticiado apenas no site de uma rede de televisão local e teve uma matéria veiculada em um programa de televisão que narra notícias policiais (SOUSA, 2018). Edilene era negra, tinha dois filhos. O caso não gerou a mínima comoção na sociedade pernambucana, que tinha se mobilizado no ano anterior com o caso de uma mulher branca morta a facadas em um bairro de classe média alta de Recife, localizado muito próximo ao Coque. Várias passeatas foram feitas, e cobranças às autoridades locais para que o agressor fosse punido. A notícia e sua repercussão foi amplamente veiculada nos principais noticiários de televisão, rádio e jornais impressos. O autor do feminicídio era vizinho da vítima, já está preso após julgamento onde foi condenado. Assim como no caso de Edilene, o agressor foi facilmente identificado, portanto ficaria fácil punir o culpado.

Em ambos os casos, estamos falando de mortes violentas de mulheres. A diferença é que uma causa revolta em amplos setores da sociedade, o outro é silenciado. O companheiro de Edilene continua foragido e a família dela não foi notificada a respeito de nenhum tipo de investigação. É como se a vidas das mulheres moradoras de favelas valesse menos, e portanto pudesse ser descartada. Esses dois casos ilustram bem a diferença entre os dados de violência contra mulheres brancas e negras no Brasil.

No entanto, não se trata de um contexto divergente do restante do país. De acordo com o Mapa da Violência de 2015, o número de morte de mulheres negras teve um aumento de 54,2%, enquanto o de mulheres brancas caiu 12% (WAISELFISZ, 2015). O Brasil registrou 1 estupro a cada 11 minutos em 2015, de acordo com dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, os mais utilizados sobre o tema, e em 2016 foram mais de 49 mil estupros registrados (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2016). O Brasil é território violento para mulheres e meninas.

Além das questões estruturais que marcam a condição de pobreza urbana da comunidade e das questões de gênero, existe ainda um imaginário coletivo na cidade que desqualifica e criminaliza o bairro como um dos locais mais violentos da cidade. A comunidade já foi chamada por um conhecido apresentador de TV em um programa local, de “comunidade amiga de bandido”, em certa ocasião em que os moradores tinham medo de testemunhar sobre um crime ocorrido. É uma leitura extremamente estigmatizante sobre o bairro, que recai sobre quem vive nele. Como exemplo tem-se o caso específico da mobilidade urbana, quando taxistas da RMR se recusam a entrar na comunidade em qualquer horário do dia. Toda essa fama faz com que a polícia, para dar outro exemplo, entre na comunidade de forma extremamente violenta. São muito comuns histórias de violência, truculência e violações de direitos protagonizadas pela polícia, nas ruas e mesmo (não raro) dentro das casas de moradores/as. O Coque é visto como um gueto para o restante da cidade.

Tratar de periferia no Recife pode assumir outros significados para além da distância geográfica com relação ao centro. A distância é muito mais, no caso de uma favela como o Coque, social. Mesmo estando a 15 minutos do Marco Zero da cidade (indo de bicicleta, pois de ônibus o tempo de deslocamento aumenta devido ao trânsito cada vez mais caótico de Recife), e a 5 minutos de grandes hospitais, nosso acesso a esses lugares é restrito ou mesmo inexistente. Também há em Recife bairros pobres localizados muito afastados geograficamente do centro da cidade, como é o caso do Ibura. A divisão é bem clara na cidade: bairros de classe média baixa, bairros de classe média alta e as favelas. Com relação a essas últimas, existem aquelas bem vistas em virtude de uma história de produção cultural na cidade, e outras mal vistas (como é o caso do Coque) em virtude de

uma construção histórica midiática que estigmatizou o lugar que estimulam esse processo de *guetização*.

Para Loïc Wacquant, a partir de uma perspectiva da Antropologia da marginalidade étnica, gueto é um conceito relacional de controle étnico-racial, revelando-se como um dispositivo sócio-organizador composto pelo estigma e o encapsulamento institucional que emprega o espaço para reconciliar seus dois propósitos contraditórios: exploração econômica e ostracismo social. O gueto não é uma “área natural”, mas uma forma especial de violência coletiva concretizada no espaço urbano. A articulação deste conceito possibilita o desvelamento da relação entre “guetização”, pobreza urbana e segregação. O termo retrata bem o confinamento forçado de grupos despossuídos e desonrados como o campo de refugiados, a reserva e a prisão. Não seria muito diferente do tratamento dado pelo Estado aos territórios de favelas (WACQUANT, 2004).

Nosso cotidiano é diariamente atravessado pelas desigualdades que permeiam a cidade: o tempo que gasto me deslocando de casa para o trabalho, se consigo andar numa calçada ou se ela está esburacada, se o caminho que faço para voltar pra casa a noite está iluminado, se dentro do meu bairro ou ao redor dele vou ser abordada pela polícia (e entre os homens essa preocupação é maior ainda). Tudo isso tem relação com a formação racista das cidades. Não é possível não perceber isso, está escancarado todos os dias para quem mora nas periferias. Aqui em Recife e no Brasil, nossos olhos se acostumaram com essa divisão, e não dizemos que temos bairros brancos e pretos, mas bairros ricos e pobres. A questão é que às vezes a gente se acostuma ou para de pensar para conseguir viver em paz.

Devido a esse contexto geral de insegurança, percebemos que diante de tantas violências institucionalizadas, algumas vezes perpetradas pelo próprio Estado, a violência doméstica acaba por ficar em segundo ou terceiro plano. O perigo de perder a casa acaba sendo mais iminente que o risco de sofrer uma violência. Ou mesmo as necessidades financeiras do dia-a-dia colocam a mulher numa relação de dependência que a impede de romper o ciclo de violência. O que não se percebe na verdade, é que a violência doméstica coloca em risco mais do que a casa, coloca em risco a vida das mulheres.

Outra questão que nos chama a atenção é o fato de não existirem na comunidade centros comunitários de apoio a mulheres vítimas de violência, clube de mães, nem organizações exclusivas de mulheres. Existe na comunidade um grande número de ONGs, associações de moradores e centros comunitários registrados, mas quase nenhum possui mulheres a frente, ou ocupando cargos de lideranças. Em geral, as lutas comunitárias dessas organizações giram em torno da questão do direito à cidade e da busca de benefícios para a comunidade, como postos de saúde, praças, espaços de cultura e lazer, que se tornam questões maiores e mais coletivas, dando menor ou quase nenhuma importância a um problema tão presente no cotidiano das mulheres, como é a violência doméstica.

Além disso, essa ausência de mulheres em espaços representativos da comunidade é perturbadora e mereceria um estudo mais aprofundado para entendê-la, se compararmos o Coque com outras favelas da cidade. Em outros territórios de favela em Recife, é possível observar a presença de mulheres em diretorias ou mesmo na presidência de associações de moradores e a existência de espaços e cooperativas exclusivos de mulheres.

3. Resistência histórica pela permanência no território: o caso do Coque

O Coque possui uma longa história de luta pela permanência no território (protagonizada por homens), assim como outros bairros pobres da cidade. A especulação imobiliária e os conflitos que nele acontecem são semelhantes com os que acontecem em outras favelas de Recife, principalmente aquelas que ficam mais próximas do centro. É o caso de Caranguejo Tabaiães, Coelho e Pilar. O mesmo acontece ou já aconteceu em favelas como Bode e Brasília Teimosa que ficam ao redor de bairros nobres como Boa Viagem e Pina.

Há um ano e meio, em Caranguejo Tabaiães, a Prefeitura pretendia remover famílias para a realização de uma obra de urbanização do canal que atravessa a comunidade. Uma parte dos moradores (entre estes, uma maior parte de mulheres) se mobilizou fortemente, realizou campanha, buscou apoio de ONGs, grupos e organizações populares e conseguiu a revogação do decreto de desapropriação. Tratava-se de uma proposta disfarçada de “higienização” da cidade. Toda essa mobilização gerou o Coletivo Caranguejo Tabaiães Resiste. Na mesma linha de “higienização”, no

ano de 2013, havia um projeto de desapropriação de mais de 50 famílias do Coque. A justificativa era a necessidade de ampliação de uma pista para melhorar o acesso ao terminal integrado de passageiros (TI Joana Bezerra). Parte dos moradores se mobilizou, e com apoio de organizações populares, de organizações sociais da própria comunidade nasceu o Coque (R)existe.

Houve uma disputa forte na comunidade, porque alguns líderes comunitários mais antigos ficaram a favor das remoções, foram cooptadas pelo Governo do Estado e queriam falar em nome da comunidade. Mas a mobilização puxada pelo movimento foi mais forte. Há alguns anos atrás, um terreno da comunidade foi simplesmente doado para a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil). Isso não poderia acontecer, uma vez que o Coque é área Zeis. Esse caso foi bem curioso, porque foram “aparecendo” buracos no muro construído ao redor do terreno após a suposta doação. A cada dia, mais buracos apareciam. O Coque (R)existe novamente se mobilizou e o povo derrubou o muro. A OAB “abriu mão” do terreno.

Chama a atenção de pesquisadores e de toda a sociedade o quanto a comunidade, apesar de todo descaso político e econômico, resiste em seu direito à permanência nesse lugar. Os moradores têm uma identificação e valorização de seu espaço, o que se vê claramente na participação da comunidade em importantes movimentos sociais como o “Coque (R)existe” que discute a identidade do bairro a partir de suas lutas para barrar a especulação imobiliária (CISNEIROS, 2013, p.03).

Durante as obras estruturais que antecederam a realização do campeonato mundial de futebol (Copa do Mundo da Fifa) em 2014, foram realizadas várias remoções em favelas de cidades da RMR. O Coque, mais uma vez na cena, foi uma delas. Um dos primeiros territórios ocupados pelos primeiros moradores do Coque, o Sítio do Cajueiro, foi todo removido com a justificativa, novamente, de ampliação do TI Joana Bezerra. Dezenas de famílias foram retiradas, árvores centenárias derrubadas e aves e saguis foram mortos. O terreno, anos depois da Copa da Fifa, está abandonado. Nenhuma obra foi realizada no sítio.

Existe um sentimento de pertencimento muito forte entre os moradores, perceptível por quem mora no Coque, mas também por outras pessoas que passam a frequentar o bairro cotidianamente, seja por questões de trabalho (pessoas que trabalham nas escolas da comunidade,

por exemplo), seja pelas pessoas e organizações que se aproximam por conta dos processos de luta pela permanência no solo.

Nesse mesmo ano de 2014, a cidade assistiu ao começo de um embate entre movimentos sociais e grandes empresários do setor imobiliário. O Cais José Estelita, localizado na Bacia do Pina, área de aproximadamente 10 hectares, seria destinado a um empreendimento imobiliário com custo de R\$ 800 milhões, que previa a construção de 13 torres com 40 andares cada. Um complexo para moradias e empresariais de luxo. Intitulado de “Projeto Novo Recife”, o empreendimento foi criado pelo chamado Consórcio Novo Recife, formado por grandes construtoras: Moura Dubeux, Queiroz Galvão, G.L. e Ara. Devido à enorme mobilização popular, incorporando estudantes e professores da UFPE, integrantes de Ongs, artistas da cidade, moradores do entorno (Coque e Cabanga), e a população em geral, que ocupou o local durante dias, a Prefeitura da Cidade do Recife, suspendeu o alvará de demolição dos galpões históricos do cais.

Isso resultou no nascimento do “Ocupe Estelita”, um movimento que a partir da ocupação do terreno do Cais, realizou aulas públicas, oficinas, atividades culturais, shows com artistas locais e nacionais, e uma série de atividades. Mas o mais significativo desse processo foi fazer as pessoas discutirem a cidade e a ocupação desigual do solo urbano. É um capítulo não finalizado da história da cidade, envolvendo uma série de ilegalidades em favor dos mais poderosos, e mostra mais uma vez, a desigualdade da formação da cidade. Trata-se de uma vitória parcial, pois a construção foi suspensa, entretanto, ainda são aguardados desdobramentos do processo para continuidade da obra.

Mas, infelizmente, nem sempre é assim, existem muitas histórias de famílias que têm suas casas desapropriadas pelo Estado e são removidas para áreas distantes daquelas onde já possuem suas redes de apoio e afetividade construídas, ou, muitas vezes, dos locais de onde tiram sua renda para sobreviver. Em geral são indenizadas com valores injustos, ou deslocadas para apartamentos minúsculos em áreas afastadas dos centros urbanos.

Apesar do Coque ser identificado como um lugar violento até hoje na cidade de Recife, quem está lá não ignora seu passado de luta e as mobilizações sociais geradas, principalmente a partir da década de 1980. Ao mesmo tempo em que acontecia a luta pelo direito à posse da terra, a

comunidade também lutou contra o processo de venda da Ilha Joana Bezerra para um grupo empresarial que pretendia construir um *shopping center* na área. O projeto não foi bem sucedido e, finalmente, em 1983, foram criadas as ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social), instituídas pela Lei de Uso e Ocupação do Solo no Recife. Esta legislação contribuiu para definir, reconhecer e proteger da especulação imobiliária, as áreas de habitação de baixa-renda que se ergueram espontaneamente onde fosse possível um processo de urbanização e regularização. O Coque é uma Zeis. Mas mesmo com o Plano de Regulamentação das Zeis, os moradores não possuem o documento de posse da terra.

4. Trabalhar de dia para comer de noite: como fica a favela com o COVID-19?

Acompanhando as notícias pela TV e internet, é possível perceber a interação dos efeitos da Pandemia com a desigualdade racial que já era estrutural e profunda no Brasil.

Historicamente, e isso não é nenhuma novidade trazida pela pandemia do covid, os corpos que o Estado escolhe cuidar menos, tratar de forma precária e deixar morrer como consequência, possuem raça e classe social. Esta necropolítica tem na desigualdade ao acesso a saúde, a sua concretização. O palco dessa concretização é as grandes cidades. O acesso a serviços públicos como a educação, a saúde e a proteção social está distribuída de modo desigual (tanto em quantidade, quanto em qualidade) para brancos, pardos e pretos, em detrimento dos últimos. O racismo sempre dificultou o acesso da população negra à saúde, não seria diferente nesse cenário construído pelo coronavírus. É bastante simbólico que a primeira morte oficial por COVID-19 registrada no Brasil tenha sido de uma trabalhadora doméstica que contraiu a doença com sua empregadora quando esta voltou de suas férias na Itália. Quer dizer, a empregadora, que tinha plano de saúde, boas condições de moradia e higiene sobrevive, mas a empregada doméstica não. A patroa sequer teve a ética de liberar a funcionária em virtude do risco de contaminação.

Quando se fala em achatamento da curva para evitar o colapso do sistema de saúde, cabe a pergunta: mas que colapso? O colapso já está instalado há muito tempo. O atual governo vinha atuando firmemente no sucateamento do SUS. Os médicos cubanos foram mandados embora por

uma questão ideológica. As pessoas que não possuem plano de saúde já se habituaram a procurar atendimento e não conseguir, ou seja, para essa parte da população, as políticas de saúde já não davam conta das demandas e necessidades da população há muito tempo. A saúde já estava colapsada no Brasil. Com a pandemia, a situação piora ainda mais.

Então observa-se na mídia um discurso de culpabilização da população que “não se conscientiza”, “não fica em casa”. As pessoas vivem numa urgência diária de “ganhar a vida”, de sobreviver. Diferente de nós, autoras deste texto, que podemos ficar em casa pesquisando, trabalhando, escrevendo, pois sabemos que nossas bolsas de pesquisa nos garantem a sobrevivência. Não é o caso da maioria dos moradores e moradoras do Coque. Temos amigas que não conseguiram ainda acessar o auxílio emergencial liberado pelo governo federal.

Não é coincidência que a taxa de mortos entre os infectados é maior na população negra. Tanto aqui quanto nos Estados Unidos. Nos Estados Unidos, embora 18% da população do país seja negra, 52% dos casos e 58% das mortes por COVID-19 são de pacientes negros. Em estados como Geórgia, Louisiana e Alabama, as disparidades são ainda maiores, conforme mostra o Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC): na Geórgia, 83% dos internados são negros, que correspondem a 32% da população; em Louisiana, estado com 33% da população negra, as mortes afro americanas equivalem a 70%; e, no Alabama, a proporção de mortes é de 44% em uma população de 26%.

No Brasil, os boletins só passaram a incluir dados sobre raça após a pressão da Coalizão Negra por Direitos - um grupo de 150 entidades que lutam pelos direitos na população negra - que, no início de abril, enviou uma carta ao Ministério da Saúde e às secretarias de saúde de todos os estados pedindo a divulgação da cor, do gênero e dos bairros dos infectados. Em São Paulo, cidade brasileira com o maior número de casos, bairros com maior concentração de negros têm mais óbitos pela doença.

Isso impede qualquer pessoa lúcida de negar o racismo e a desigualdade social por ele gerada. Claro, entender a lógica dessa necropolítica não significa negar que pessoas brancas pobres também morrem. Mas é preciso assumir que o racismo estrutural define as probabilidades de vida e

de morte da população em um país como o Brasil. Nossa cultura é racista, nossas políticas são racistas, a distribuição de bens e serviços é racista, as cidades são racistas.

É muito difícil manter isolamento social dentro de uma casa de 40 m² onde moram sete pessoas. Como manter isolamento quando sua vida é ganha diariamente na rua? No Coque existem pessoas que trabalham durante o dia para comer à noite. Uma boa parte conseguiu acessar o auxílio emergencial, muitas pessoas não, de acordo com relatos que ouvimos de muitos moradores. A solução tem sido o recebimento de cestas básicas que têm chegado até a comunidade através de suas organizações sociais e grupos organizados existentes. Não tem sido possível um isolamento radical. Como lavar as mãos constantemente quando você não possui acesso à água em casa?

A precariedade da vida de quem vive na favela aumentou e foi escancarada com a crise gerada pelo coronavírus. Aliás, a crise que já existia se aprofundou, trazendo como consequência mais mortes, fragilizando ainda mais o cotidiano da população negra e pobre e não permitindo mais que se negue a combinação entre a extrema desigualdade e o racismo estrutural que definiram as bases da construção das cidades no Brasil.

5. Apontamentos para o enfrentamento às desigualdades

Nos processos de distribuição da terra urbana no Sul Global e de urbanização, observamos que existem tendências que se repetem, principalmente no mundo colonizado, apesar de se tratar de países distintos. Estas tendências incluem uma distribuição racial da terra que gera sistemas de opressão que se agravam em função do gênero dentro dos grupos oprimidos. Os dados gerais da pobreza urbana de cidades no continente africano, América Latina e Índia, citados no início deste artigo, criam um panorama que posteriormente é descrito desde narrativas pessoais de vozes femininas da/na comunidade do Coque, em Recife. A intenção é levar os dados estatísticos a um relato de vida em uma periferia do Hemisfério Sul. Desta forma se valoriza o dado empírico e a própria narrativa de uma vida como uma proposta contrária a abstração e distanciamento que alguns trabalhos acadêmicos propõe na hora de realizar uma reflexão crítica sobre a realidade.

Segundo dados da UN-Habitat, as populações de favela crescem na base de 25 milhões de pessoas a cada ano, gerando um processo de favelização e empobrecimento nas cidades do Sul Global. A crise atual da pandemia de COVID-19 tem evidenciado ainda mais estas desigualdades onde os meios de comunicação pedem a não aglomeração em espaços que já são um aglomerado de pessoas condenadas ao uso de espaços reduzidos em função da sua raça/etnia, classe social e o gênero. A denúncia da desigualdade se torna insuficiente, nos estudos sobre pobreza urbana e segregação, pois como coloca o geógrafo Flávio Villaça (2011), é importante explicar e estudar as causas reais de como essa segregação acontece e como se articula nos âmbitos políticos, econômicos e sociais. A revisão histórica e reflexão teórica e prática sobre o racismo e a opressão em função do gênero são ferramentas analíticas inseridas no processo de explicar como se articulam estas opressões que tem como resultado as cidades e distribuições espaciais desiguais no Hemisfério Sul. Existem padrões do uso da terra e da densidade populacional que reproduzem lógicas coloniais antigas baseadas no controle imperial e na dominação racial e patriarcal. O zoneamento racial foi incorporado pelas elites pós-coloniais que tem reproduzido as formas físicas da segregação das cidades atuais no chamado Terceiro mundo. Como colocado por Kwadwo Konadu-Agyemang quando descreve o caso da África subsaariana:

A elite nativa (depois da independência) assumiu os “cargos europeus” e todos os benefícios deles decorrentes e não só manteve o status quo como, por meio do zoneamento e de outros mecanismos de planejamento, criou várias outras áreas residenciais de classe alta cujo acesso é determinado por renda, posição social e influência (KONADU-AGYEMANG, 2000, p. 73)

Na segunda metade do século XX, as lutas sociais se tornaram cada vez mais complexas ao agregar questões como a luta pela terra, pela igualdade de direitos relacionados à raça, às questões de gênero, idade, entre outras demandas sociais. Elas se complexificam na medida em que o próprio poder se torna cada vez mais especializado em reduzir e capturar vidas. Trata-se de um processo de luta contra as diversas formas de exploração humana e desigualdades sociais de todos os tipos.

Esse contexto, de um ponto de vista mais teórico, está relacionado com o lado colonial do sistema mundial moderno e a colonialidade do poder embutida na própria modernidade (MIGNOLO, 2003). A reflexão dos chamados pós-coloniais sobre isso, introduziu outras cosmologias críticas ao discurso hegemônico nas ciências humanas e sociais. Para Mignolo (2013) a região latino-americana é um território central na produção do conhecimento de um ponto de vista limiar, fronteiro, que não pode existir sem a modernidade, mas, como resposta às lutas concretas contra todos os tipos de silenciamento das diferenças.

Essas críticas foram e continuam sendo delineadas com base em distintas experiências de opressão de mulheres na América Latina. Mulheres negras, lésbicas, trabalhadoras, acadêmicas, denunciaram que o feminismo que se fortaleceu a partir da segunda onda (ALVES; PITANGUY, 2003) teve como uma de suas consequências a universalização de leituras da experiência de opressão e de emancipação de mulheres que desconsideraram e desqualificaram a pluralidade e a diversidade das identidades femininas.

Em oposição à universalização das experiências de determinados grupos sociais dominantes, tanto o movimento feminista quanto a teoria feminista, complementando-se entre si, vem colocando em pauta a condição da mulher e buscando construir explicações sobre a experiência de dominação em que vivemos, bem como encontrar formas outras de organização social que permitam às pessoas viverem de maneira igualitária, tendo acesso aos mesmos direitos.

Ao lançarem olhares críticos aos sistemas coloniais que marcaram a história de mulheres em diversos países, ao racismo, às desigualdades de classe, por exemplo, outros feminismos emergiram indicando os limites, os efeitos normativos e os reducionismos da categoria “gênero” para a compreensão da opressão das mulheres. Não se trata de não mais trabalhar com a categoria, mas refletirmos sobre sua abrangência, no que diz respeito às mulheres que se encontram num nível ainda maior de marginalidade.

“É essencial para o prosseguimento da luta feminista que as mulheres negras reconheçam a vantagem especial que nossa perspectiva de marginalidade nos dá e fazer uso dessa perspectiva para criticar a dominação racista, classista e a hegemonia sexista, bem como de refutar e criar uma contra hegemonia. Eu estou

sugerindo que temos um papel central a desempenhar na realização da teoria feminista e uma contribuição a oferecer que é única e valiosa” (HOOKS, 2000).

Os números relacionados a violência contra a mulher, feminicídios, violência doméstica, estupro e assédio sexual mostram a necessidade gritante da mobilização dos movimentos de mulheres em busca de uma pauta comum, pela vida das mulheres, e sobretudo, a necessidade de um olhar especial sobre a situação das mulheres negras, indígenas, pobres, moradoras de periferias e áreas rurais.

Ao tratar das questões de gênero em sociedade, Sueli Carneiro (2002), a partir de uma perspectiva de raça, argumenta que quando falamos de mulheres, é necessário nos perguntarmos de quais mulheres estamos falando. Mulheres não pode ser uma categoria única e universal.

Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando? Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto (CARNEIRO 2001, p. 1).

A violência contra as mulheres é o resultado final de uma cadeia de inúmeras desigualdades que evidenciam as diferenças entre homens e mulheres, brancos e negros, campo e cidade, urbano e floresta, pobres e ricos. Em todas as relações de desigualdade, a mulheres, sobretudo as negras e as indígenas, sempre tem ocupado os lugares mais subalternos e invisíveis. As lutas dos movimentos de mulheres, os Estado, as legislações não têm sido suficientes para nos tirar desse lugar. Precisamos, pois pensar estratégias urgentes para garantir que as nossas vidas não sejam mais colocadas em risco permanente pelo fato de sermos mulheres. Precisamos caminhar no sentido de garantir que o direito a uma vida segura seja entendido como o direito de todos e todas.

Afirmamos que a despeito das tentativas de nos subalternizar, lutamos. Através de práticas pessoais e coletivas, das políticas cotidianas que resultam num conjunto complexo de determinações e lutas, num artifício de afirmação, de renegociações contínuas e de posicionamentos diante dos processos de subalternização (COSTA, 2002). Tem se configurado, assim uma verdadeira cultura de resistência entre mulheres, coletivos feministas em torno da necessidade de mudança da realidade excludente.

Partimos do pressuposto que nossas vidas se constituem como um processo de resistência política e cultural. Organizar-se em coletivos de luta, em grupos culturais e/ou religiosos de maracatu, afoxé, grupos de atuação feminista, já é um exercício de resistência.

Para a antropóloga Lélia Gonzalez, a força cultural apresenta-se como a melhor forma de resistência. Mas não a coloca como única, uma vez que

Já na época escravista, ela se manifestava nas revoltas, na elaboração de estratégias de resistência cultural, no desenvolvimento de formas alternativas de organização social livre, cuja expressão concreta se encontra nos quilombos, [...] espalhados pelas mais diferentes paragens de todo o continente (LARKIN NASCIMENTO, 1981, apud GONZÁLEZ, 1988).

Acreditamos dessa maneira, na reconstrução das formas de resistência coletivas entre mulheres, numa política cotidiana que vem sendo construída “clandestinamente”, porque promovida por sujeitas consideradas menores, pelas mulheres pobres, negras que constituem seus processos formativos, suas experiências culturais e coletivas no exercício mesmo do viver.

Resistir, portanto, seria também um ato de acreditar numa resistência possível ou que a resistência ainda é possível. E acreditando, tentar construir essas formas de resistência no cotidiano.

Com a pergunta retórica de Spivak (2014) sobre a possibilidade de fala do subalterno, abre-se um amplo debate no campo das ciências humanas. Para as ciências sociais esse debate faz-se extremamente importante uma vez que em muitos casos, como é o nosso, os sujeitos das pesquisas realizadas nesse campo são vistos como ocupantes desse lugar de subalternidade na sociedade.

Quando decidimos colocar raça e gênero como categorias operadoras desta escrita, o fazemos porque se trata de “marcadores sociais” que atravessam toda a nossa vida. Ser mulher e negra, morando em um território de favela não é algo que possa ser esquecido. Não fizemos, portanto, um “recorte”, senão uma reflexão da nossa condição de vida.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política – Obras escolhidas** – Vol. 1, São Paulo: Brasiliense, p. 222-232, 1987.
- BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e Política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- BROWDER, John e GODFREY, Brian. **RainforestCities: Urbanization, Development, andGlobalizationoftheBrazilianAmazon**. Nova York, Columbia University, 1997.
- CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo negro, 2011.
- CARNEIRO; Sueli. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. ?** In: **Pensamento Feminista: conceitos Fundamentais**. Organizadora: Heloísa Buarque de Holanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- CARNEIRO; Sueli. **Mulheres em Movimento**. Estudos Avançados. 17 (49), 2003.
- CHANDLER, David. **Juan José de Aycinena. Idealista, conservador de la Guatemala Del siglo XIX**. Antigua, Guatemala. Centro de Investigaciones Regionales de Mesoamérica. 1988.
- CISNEIROS, Leonardo. **Nota Coletiva de Associações, Coletivos e Entidades do Recife sobre o Projeto Novo Recife**. 2013. Disponível em: <https://direitosurbanos.wordpress.com/tag/coque/>
- COSTA, Claudia de Lima. **“Feminismos e pós-colonialismos.”** Revista Estudos Feministas, v. 21, n. 2, p. 655-658, 2013.

DAVIS, Angela. **Mulheres, cultura e Política**. São Paulo Boitempo, 2017.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo Boitempo, 2015.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

ESCOBAR, Arturo. **Sentipensar con la tierra: nuevas lecturas sobre el desarrollo, territorio y diferencias**. Universidad Autónoma Latinoamericana, 2014.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. ISSN 1983-7364 ano 2016

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo, 2016.

FREITAS, Alexandre S. **Fundamentos para uma sociologia crítica da formação humana: um estudo sobre o papel das redes associacionistas da educação**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE. Recife, 2005.

GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural da amefricanidade**. In: Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, Nº 92/93 (jan/jun) 1988.

HOOKS, Bell. **Feminist theory: from margin to center**. Cambridge, South End, 2000.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosas dos Tempos, 2019.

KONADU-AGYEMANG, Kwadwo. **The Political Economy of Housing and Urban Development in Africa: Ghana's Experience from Colonial Times to 1998**. Praeger ed., 2000.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das letras, 2019.

LAGARDE, Marcela. **Los Cautiverios de las Mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas**. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2005.

LEFBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte, Humanitas, 2004.

LEFBVRE, Henri. **Espaço e Política**. Belo Horizonte, Editoria UFMG, 2008.

LEFBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo, Centauro, 2006.

LUCENA, Maria de Fátima Gomes de; GOUVEIA, M. A. L. Tráfico de Pessoas e Violências: algumas considerações sobre vulnerabilidade social, gênero e migração não documentada do Brasil para a Europa na contemporaneidade. In: Sarita Amaro. (Org.). **Dicionário Crítico de Serviço Social**. 1ed. Rio de Janeiro: Autobiografia, 2015, p. 244-266.

MAHMUD, Shihabuddin e DUYAR-KIENAST, Umut. Spontaneous Settlements in Turkey and Bangladesh: Preconditions of Emergency And Environmental Quality of Gecek on du Settlements and Bustees. **Cities**, v.18, n. 4, 2001.

MARASCIULO, Marília. **Na pandemia de Covid-19, negros morrem mais do que brancos. Por quê?** **Revista Galileu**. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2020/05/na-pandemia-de-covid-19-negros-morrem-mais-do-que-brancos-por-que.html>> Acesso em: 20 de maio de 2020.

MARX, Karl e ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Trad. Conceição Jardim e Eduardo Lúcio Nogueira. São Paulo, Presença e Martins Fontes. 2 v. s. d.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MIES, Maria. Decolonizing the iceberg economy: new feminist concepts for a sustainable society. Em: Dilger, G; Lang, M.; Pereira, J. (Orgs.). **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extratativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais. projetos globais**. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2013.

MORAES, Maria.C. e TORRE, Saturnino. **Sentipensar. Fundamentos e estratégias para reencantar a educação**. Editora Wak, 2018.

MOREL, Edmundo e MEJIA, Manuel. The Dominican Republic, Em: Antonio Azuela, Emilio Duhahu e Enrique Ortiz (orgs.), **Evictions and the Right to Housing: Experience from Canada, Chile, The Dominican Republic, South Africa, and South Korea**. Ottawa, International Development Research Center, 1998.

OXFAM. **Recompensem o Trabalho, não a Riqueza**. Relatório de Estudo. Oxfam Internacional: 2018. Publicado pela Oxfam GB para a Oxfam Internacional sob ISBN 978-1-78748-143-5 em janeiro de 2018. Oxfam GB, Oxfam House, John Smith Drive, Cowley, Oxford, OX4 2JY, UK.

SARTORI, G; NEMBRINI, G e STAUFFER, F. Monitoring of Urban Growth of Informal Settlements and Population Estimation from Aerial Photography and Satellite Imaging. **Artigo isolado N. 6**, Geneva Foundation. Jun, 2002.

SEGATO, Rita. **La crítica de La colonialidad em ocho ensayos y una antropologia por demanda**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2018.

SOUSA, Bianca. Mulher é morta com pancada na cabeça em Joana Bezerra. **Jornal do Comércio**. Disponível em: <<https://jc.ne10.uol.com.br/canal/cidades/policia/noticia/2018/07/04/mulher-e-morta-com-pancada-na-cabeca-em-joana-bezerra-345803.php>> Acesso em: 20 de Junho, 2020.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

TORRE, S. DE LA. **Sentipensar: estratégias para un aprendizaje creativo**. Mimeo, 2001.

VALLADARES, Lícia do Prado. **A invenção da favela: do mito de origem à favela.com**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VELHO, Gilberto. **Um antropólogo na cidade**. Ensaios de antropologia urbana. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

VILLAÇA, Flavio. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. **Revista Estudos Avançados**, vol. 25, no. 71. São Paulo, 2011.

WACQUANT, Loïc. **Que é gueto? Construindo um conceito sociológico**. Revista Sociologia e Política, Curitiba, 23, p. 155-164, nov. 2004.

WAISELFISZ, Júlio. **Mapa da Violência 2012**. Atualização: Homicídio de mulheres no Brasil. FLACSO BRASIL [online], 2012.



Sítios Eletrônicos

<https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2020/05/na-pandemia-de-covid-19-negros-morrem-mais-do-que-brancos-por-que.html>

<https://marcozero.org/ameacada-e-esquecida-pela-prefeitura-caranguejo-tabaiars-resiste-ao-despejo-feito-as-pressas/>

<http://oxfam.org.br>